

Lutas Camponesas e Diferentes Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem-Terra¹

Djoni Roos

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na
Cidade – GEOLUTAS

Endereço Profissional: Rua Pernambuco, 1.777, Centro, 85960-000, Marechal Cândido
Rondon, PR, Brasil – UNIOESTE, GEOLUTAS – Telefone: (45) 3284-7870
Endereço eletrônico: djoni_roos@yahoo.com.br

Resumo

Os camponeses têm por meio de suas lutas e resistências se territorializado. O MST possui destaque neste processo, contribuindo para que o campesinato conquiste o acesso a terra. A trajetória de lutas no movimento tem desdobramentos nas formas de organização nos assentamentos, com a realização de variadas atividades associativas e coletivas. Estas são formas utilizadas pelos assentados para garantir a sua manutenção e existência no campo. Verifica-se também nos assentamentos de sem-terra, um conjunto de relações resultantes do aprendizado ocorrido no decorrer das lutas destes sujeitos.

Palavras-Chave: Sem-Terra; Luta pela Terra; Assentamentos; Atividades Associativas; Camponeses.

Resumen

Luchas Campesinas y Diferentes Actividades de Asociación en los Asentamientos de Sin-Tierra

Los campesinos tienen por medio de sus luchas y resistencia se territorializado. El MST ha puesto de relieve en este proceso, contribuyendo para que el campesinato conquiste el acceso a la tierra. La trayectoria de luchas en el movimiento tiene desarrollando en las formas de organización en los asentamientos, con la realización de variadas actividades de asociación y colectivas. Estos son formas utilizadas por los asentados para garantizar su mantenimiento y existencia en el campo. Se verifica también en los asentamientos de sin-tierra, un conjunto de relaciones resultantes del aprendizaje ocurrido en el transcurrir de las luchas de estos sujetos.

Palabras Clave: Sin-Tierra; Lucha por la Tierra; Asentamientos; Actividades de Asociación; Campesinos.

Abstract

Fights Peasants and Different Associative Activities in the Without-Land Nestings

The peasants have by means of its fights and resistance if territorialized. The MST have prominence in this process, contributing so that the peasants conquers the access the land. The trajectory of fights in the movement has unfoldings in the forms of organization in the nestings, with the accomplishment of varied associative and collective activities. These are

forms used for the seated ones to guarantee its maintenance and existence in the field. It is also verified in the without-land nestings, a set of resultant relations of the learning occurred in elapsing of the fights of these citizens.

Keywords: Without–Land; Fight for the Land; Nestings; Associative Activities; Peasants.

Introdução

A modernização da agricultura, ocupação e incorporação de novas áreas à produção capitalista do agronegócio, intensificaram o processo de expropriação e expulsão dos camponeses, motivando um conjunto de conflitos no campo brasileiro. Estes conflitos indicam um enfrentamento da classe camponesa à ordem capitalista exploradora e expropriatória.

A partir da década de 1980, o campesinato se organizou e passou a ocupar latifúndios para pressionar o Estado a resolver o problema da posse da terra e realização da reforma agrária. As diferentes lutas sociais que aconteceram no campo brasileiro são assim, respostas à expansão capitalista sobre o território camponês.

Neste contexto de enfrentamento surgiu no campo brasileiro os sem-terra, um “novo” sujeito social organizado nos movimentos, detentor de uma identidade construída na luta e resistência. A trajetória de lutas tem desdobramentos nas formas de organização destes camponeses, que realizam variadas atividades coletivas e associativas nos assentamentos, a fim de garantir a sua manutenção e existência no campo. Neste sentido, será abordada a organização dos assentados de Rio Perdido, no município de Quedas do Iguaçu/PR, onde se verificam importantes atividades coletivo-associativas construídas na trajetória de lutas destes camponeses.

O aprendizado construído no movimento da luta se desdobra em conquistas ligadas à produção nos lotes como infra-estrutura, assistência técnica, financiamentos, etc. Além de conquistas econômicas, a ação dos grupos de assentados proporciona um conjunto de discussões de caráter politizador, ou seja, as diversas manifestações coletivas existentes nos assentamentos não estão restritas somente à produção agrícola, pois também são visualizadas na esfera política.

No assentamento Rio Perdido, os assentados desenvolvem um conjunto de atividades coletivas e associativas, tanto na esfera produtiva como política. Exemplar é a organização de grupos de assentados para tratar da produção agrícola, bem como as caminhadas/marchas, ocupações de terras, fechamento de rodovias, e discussões políticas da organização do assentamento.

Para compreender a diversidade de conflitos, inclusive aqueles provenientes da luta dos sem-terra, é necessária uma contextualização das lutas ocorridas no campo brasileiro. A abordagem geral é imprescindível, pois a luta dos camponeses que resultou no assentamento Rio Perdido, objeto deste estudo, faz parte de um contexto de expropriação e subordinação, mas também de resistência, em que os camponeses estão inseridos. Portanto, a luta dos sem-terra de Quedas do Iguaçu não está desvinculada das demais lutas camponesas.

As lutas no campo brasileiro

Os primeiros a sofrerem com o processo de expansão capitalista foram os povos indígenas, que desde a invasão do Brasil pelos europeus foram expulsos de suas terras. Como afirma Oliveira (1999, p.15), “o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Estes povos, que hoje se encontram aprisionados nas chamadas reservas são os maiores prejudicados pelo processo de expansão capitalista”.

Mesmo sendo exploradas e sufocadas pelo avanço capitalista, as nações indígenas tiveram/têm forças para lutar, buscando assim, garantir sua sobrevivência que ocorre pela permanência na terra. Para os povos indígenas, a terra significa a manutenção de sua cultura, pois sem a terra não há cultura. Estes lutam, atualmente, pela conservação e demarcação de suas reservas, pois é somente o que lhes resta.

No período da escravidão emergiram outras lutas no campo brasileiro, como a luta dos negros que buscavam viver em liberdade. Para tanto, se organizavam em Quilombos, territórios para onde iam aqueles que conseguiam fugir das fazendas em que eram cativos. Os Quilombos se constituíram no grande marco de luta e resistência destes povos. Nestes havia uma organização tanto social quanto política, para se defender dos fazendeiros e conquistar liberdade e proteção da posse coletiva da propriedade da terra. “Os Quilombos, representavam a única possibilidade, fora à morte, para fugir da escravidão e a tentativa de estabelecer uma comunidade negra, autônoma, livre, no meio da floresta” (COMISSÃO 1987, apud OLIVEIRA 1999, p.16).

Surgiram também no final do século XIX e início do XX no campo brasileiro, os chamados movimentos “messiânicos”. Estes nasceram da organização de camponeses que estavam sendo expulsos de suas terras, os que mais se destacaram foram o de Canudos (Bahia) e do Contestado (Paraná e Santa Catarina). No entanto, foram considerados movimentos religiosos e embora sofressem grande repressão por parte dos governantes da época, nunca receberam reconhecimento político.

Nesse mesmo período ocorreram várias outras revoltas, como o caso dos pequenos agricultores em Pernambuco e das greves dos colonos nas fazendas de café no Estado de São Paulo. Estas greves e revoltas aconteciam de maneira isolada, ou seja, eram lutas localizadas em uma determinada fazenda, determinado local, etc.

Conforme se desenvolviam as lutas no campo brasileiro surgiram posteriormente entidades, sindicatos, ligas, associações, vinculados aos camponeses. Na maior parte dos casos, havia a presença do PCB (Partido Comunista Brasileiro). É importante destacar que foi o Partido Comunista Brasileiro que trouxe para o debate a questão da Reforma Agrária, medida que começou a ser incorporada nas lutas camponesas e também urbanas. Desta forma, a partir de 1940 os camponeses intensificaram estratégias para resistir à expropriação causada pelo avanço do capitalismo no campo.

Na década de 1950, houve também a luta dos camponeses de Trombas e Formoso em Goiás, que reuniu milhares de pessoas na defesa de suas posses contra as investidas de grileiros da região. Estes camponeses se recusavam a entregar as suas posses aos grileiros, que contrataram jagunços para tentar expulsá-los das terras. O conflito teve destaque principalmente com a entrada do Partido Comunista nas lutas, fato que colaborou na organização de conselhos e no desenvolvimento do trabalho coletivo em mutirão, contribuindo assim, na defesa contra as investidas dos pistoleiros e da polícia.

No Nordeste, emergiram na década de 1950 as Ligas Camponesas, apresentando importante significado não por sua espacialização², mas pelos desdobramentos na formulação de uma proposta de democratização da posse da terra. Os primeiros conflitos foram no engenho Galiléia em Vitória do Santo Antão, Pernambuco, devido às ameaças de despejo que os foreiros³ estavam recebendo. Este fato desencadeou uma resistência por parte dos trabalhadores do engenho, que além de lutar pela permanência na terra passaram a incorporar necessidades imediatas como, por exemplo, a manutenção do sítio (área para o plantio de gêneros de subsistência), diminuição do foro além de outras reivindicações. A luta destes camponeses resultou mais tarde na formação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco que era a sede da Liga Camponesa de Galiléia.

² Estas estavam concentradas no Nordeste, porém possuíam alguns desdobramentos que refletiram em outros lugares.

³ Camponeses que pagam o foro para utilizar parte da propriedade do Engenho. O foro é um tributo pago aos proprietários das terras, ou seja, a renda da terra que esses camponeses são obrigados a passar para o dono do Engenho.

No Rio Grande do Sul levantou-se na década de 1950, na cidade de Encruzilhada do Sul o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Este resultou da organização de posseiros – migrantes que se apossam de uma determinada área de terra, a fim de realizar seu trabalho e produzir o sustento de sua família – contra as ameaças de despejo que vinham sofrendo. Como forma de resistência, os camponeses decidiram acampar no perímetro dos latifúndios. A construção de acampamentos marcou uma nova forma de luta pela terra, pois não se tratava mais de posseiros resistindo ao despejo, ou greves de trabalhadores das fazendas. Mas, eram ofensivas de trabalhadores já expropriados, que através de pressão direta sobre o Estado demandavam terras ainda não cultivadas.

Nesse período, as lutas tiveram grande destaque, porém se constituíam em lutas isoladas e organizadas localmente. Eram greves de colonos de uma determinada fazenda de café, de cortadores de cana em uma usina ou engenho, de posseiros, ou seja, elas não se comunicavam, apesar de possuírem na maioria das vezes reivindicações semelhantes. O avanço destas lutas fez surgir um grande número de sindicatos e associações, resultando na formação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) que teve forte influência do PCB na sua organização. Com isso, houve a organização de encontros de trabalhadores rurais organizados pelos sindicatos, resultando numa melhor comunicação entre as diversas lutas.

Os encontros tinham a função de articular as frentes de lutas, procurando colocar em evidência a necessidade de realização da reforma agrária como parte do desenvolvimento do Brasil. Segundo Medeiros (1989), os encontros tinham grande importância para o levante da reforma agrária. “Foi através desses encontros que, pouco a pouco, a palavra de ordem reforma agrária começou a ganhar forças no interior das lutas, sempre entendida como antifeudal e antiimperialista e como condição para uma revolução de caráter democrático-burguês”. (p. 51).

Nesse contexto foram incorporados conteúdos políticos à reforma agrária, como o conceito de latifúndio, por exemplo, que deixou de ser entendido apenas como grande propriedade fundiária, improdutiva e atrasada tecnologicamente, passando a expressar uma relação de poder e exploração dos trabalhadores. Assim, a luta contra o latifúndio incorporou conteúdo político e ganhou legitimidade, passando a ser entendida no contexto das relações de poder e de conflito de classes.

Com o golpe de 1964, as lutas de resistência foram duramente reprimidas pelo governo militar. A militarização da questão agrária, conforme afirma Martins (1984) foi uma forma de conter as lutas sociais que estavam em ascensão neste momento. Um dos instrumentos utilizados foi a elaboração do Estatuto da Terra, que baseado em um modelo desenvolvimentista previa a classificação dos imóveis rurais em minifúndio, latifúndios por dimensão ou exploração e ainda em empresa rural. O latifúndio e o minifúndio, fontes geradoras dos conflitos deveriam ser substituídos pela empresa rural. Considerado como uma irracionalidade, o latifúndio seria substituído por uma exploração “racional”, ou seja, a empresa rural capitalista. Este modelo ideal de imóvel rural deveria cumprir a função social da terra determinada pela Constituição.

Com a criação do Estatuto, a desapropriação de terras para a realização da reforma agrária ficou em segundo plano, sendo dada preferência à tributação na extinção dos latifúndios. Os projetos de assentamentos não tinham como centro a desapropriação, mas sim a distribuição de títulos de posse (principalmente na Amazônia) aos agricultores despossuídos de terras. Desse modo, não se tem por parte do governo uma política de Reforma Agrária com a eliminação dos latifúndios, mas sim, de proteção aos mesmos. Além disso, essa distribuição de terras na Amazônia tinha um caráter desmobilizador da luta que estava em ascensão no país.

Conforme Martins (1981),

O estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O estatuto procura

impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (p. 96.).

As lutas tiveram sequência nos anos seguintes ao golpe, porém de forma muito isolada e localizada devido à severa repressão. No final da década de 1970, surgem sinais de esgotamento das políticas agrárias e econômicas do governo militar, com o agravamento das tensões no campo brasileiro. Observam-se neste momento as greves nos canais em Pernambuco, organizadas principalmente pela CONTAG e mais tarde em 1984 na região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Neste momento houve também a emergência de um sindicalismo combativo, o surgimento da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em 1975 e a participação de pequenos agricultores principalmente os “integrados” – camponeses que produzem determinadas mercadorias (fumo, frango, suínos, etc.) em “parceria” com agroindústrias – na crítica a política agrícola exercida pelo governo.

Outra luta que eclodiu no campo brasileiro foi a dos seringueiros e posseiros na Amazônia. Estes enfrentaram as investidas das empresas agropecuárias e madeireiras que se deslocaram para esta região devido à expansão da fronteira agrícola. Os latifundiários contavam com subsídios e investimentos da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) o que facilitou a compra dos seringais e a exploração da madeira e transformação em pastagens.

Os seringueiros perceberam que a sua reprodução social estava ameaçada com a derrubada da mata, pois a fonte de vida era a extração do látex das áreas nativas. Diante da intensa derrubada da mata promovida pelos latifundiário-madeireiros, os seringueiros começaram a se organizar e a resistir. Neste processo contaram com o apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da Igreja, através da CPT. A organização dos seringueiros para impedir o avanço do desmatamento resultou na realização dos empates, ações em que homens, mulheres e crianças se perfilavam de mãos dadas entre os trabalhadores que estavam desmatando e a floresta. Os empates objetivavam também, a conscientização dos trabalhadores contratados sobre a importância da preservação da mata.

A expansão da fronteira agrícola, principalmente para áreas da Amazônia, coloca também em xeque a reprodução social dos agricultores/posseiros. Estes ao negar sua proletarianização se lançam em direção a áreas de fronteiras, a fim de estabelecer ali um território de trabalho camponês. O posseiro está em busca da sua “liberdade” e autonomia, ou seja, controlar seus meios de produção para assim poder se reproduzir socialmente. É a procura do sustento da família e não de acumular capital. Para ele a terra é uma garantia de existência (terra de trabalho), não possuindo importância como propriedade privada capitalista (terra de negócio). Já as empresas que vinham se instalando na fronteira agrícola, buscavam a possibilidade de acumular capital através da propriedade capitalista da terra.

O que está em pauta é o uso da terra, a forma como está é utilizada, que levou grileiros e grandes corporações empresariais a expulsar os posseiros de suas posses. Para estes, restaram duas alternativas, aceitar a expulsão ou resistir. A resistência camponesa que se teve nestas áreas, sofreu com a ação de pistoleiros a mando de grileiros e também com o incentivo do Estado às empresas que pretendiam explorar as terras da Amazônia. Desta forma, mesmo resistindo os posseiros foram sendo expulsos de suas terras, para que a terra de liberdade fosse dando espaço à propriedade capitalista.

Lutas camponesas no Paraná

As lutas pela terra no Estado do Paraná estão inseridas num contexto de mudanças ocorridas na agricultura, que implicaram na expulsão de milhares de trabalhadores do campo. Muitos foram obrigados a migrar para as cidades, para a Amazônia e até mesmo para o Paraguai. Com o advento da “modernização conservadora” teve-se uma reorganização do espaço agrário paranaense. Os conflitos pela terra estão inseridos nesta conjuntura.

No passado, houve no Paraná conflitos como o do Contestado (Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina). Existiram também na década de 1950, a Guerrilha de Porecatu e o conflito do Sudoeste.

A região de Porecatu no norte do Estado, onde havia mais de mil posseiros habitando aquelas terras devolutas, foi palco de vários conflitos, pois o governo do Estado cedeu às terras ocupadas pelos camponeses a grandes proprietários. Diante desta situação, os camponeses se armaram e organizados no Partido Comunista passaram a lutar contra os despejos, buscando garantir seu modo de vida, negando assim a proletarização.

Em Francisco Beltrão e Capanema, no sudoeste do Paraná, ocorreram conflitos entre os colonos e a CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial LTDA), empresa madeireira e imobiliária. Muitos colonos oriundos de áreas de ocupação mais antiga e que estavam em busca de terras se deslocaram para esta região, impulsionados principalmente pela abertura de uma colônia agrícola oficial (Colônia Agrícola Nacional de General Osório - Cango). Porém, a gleba que fazia parte da CANGO também foi repassada pelo governo do Estado em 1950 para o controle da CITLA.

A confusão gerada pela dupla concessão das terras motivou intenso conflito, pois, os colonos que haviam comprado as terras se viram na condição de posseiros. Organizadas em “assembléias gerais do povo” e “juntas governativas” os camponeses marcharam sobre a cidade de Francisco Beltrão, expulsando as autoridades constituídas e tomando a emissora de rádio da cidade. A situação só foi resolvida com a militarização do conflito, quando em 1962, foi criado o GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná), que possuía a presença do exército e tinha como objetivo resolver o conflito. O grupo atuou na demarcação e titulação dos lotes aos camponeses, que assim conquistaram o título da propriedade.

A partir do final de década de 1970, entra em cena no Estado do Paraná um novo elemento responsável pela expropriação e expulsão dos camponeses: a construção de complexos hidrelétricos. Segundo Bonin (1991),

... o Paraná, como o país, foi palco de um processo que conduziu à expropriação de milhares de produtores e trabalhadores rurais: a construção em série de hidrelétricas e a conseqüente desapropriação de terras produtivas e densamente ocupadas. Este processo obedece a uma mesma lógica do modelo agrícola modernizador, qual seja, a de abrir novos campos de aplicação do capital nacional e internacional no Brasil, além do seu objetivo explícito, que era criar condições para o desenvolvimento ampliado das atividades industriais e de serviços. (p.120).

A construção de hidrelétricas levou a expulsão de pequenos proprietários que com o apoio da CPT se mobilizaram pelo pagamento “justo” das indenizações das terras e das benfeitorias ali existentes, bem como o reassentamento das famílias no próprio Estado. As mobilizações realizadas pelos trabalhadores afetados pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu são exemplares e resultaram na formação do Movimento Justiça e Terra (MJT), passo para a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Resultante das experiências de luta no “Movimento Justiça e Terra” surgiu em 1981 no Oeste paranaense o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná). Enquanto o MJT lutava para garantir a posse da terra, o MASTRO inaugura uma nova proposta, ou seja, a luta pela reforma agrária.

A partir da luta do MASTRO, surgiram diversos movimentos de luta pela terra como foi o caso do MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná). Este movimento se organizou principalmente com o apoio da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR)⁴, e da CPT.

⁴ Entidade fundada por padres belgas, pertencentes a ala progressista da igreja católica, e tinha como principal objetivo o desenvolvimento de um trabalho de organização dos pequenos agricultores, empenhando-se na formação de lideranças comunitárias.

Acrescenta-se à compreensão do surgimento de diversos movimentos no campo paranaense a omissão dos STR's (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais), que neste momento possuíam apenas uma atuação assistencialista. Posteriormente, com a eleição de diretorias oposicionistas, alguns sindicatos se embrenharam nas lutas mais combativas dos camponeses.

Essa organização em diversos movimentos de luta pela terra, surgidas no final da década de 1970 e início de 1980 no Estado do Paraná, representa o quadro que existia no campo brasileiro, ou seja, eram vários movimentos estabelecidos regionalmente e possuíam pouca comunicação com as demais lutas camponesas. Logo, não eram lutas espacializadas nacionalmente, porém impulsionaram a emergência do MST, movimento que mais tarde veio a unificar as várias frentes de luta.

A luta dos camponeses no MST

As diversas frentes de lutas que estavam ocorrendo no campo paranaense e brasileiro resultaram primeiramente, num encontro entre as lideranças de movimentos dos cinco Estados do sul do Brasil, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul na cidade de Medianeira/PR no ano de 1982. Estes encontros tinham por objetivo criar uma articulação entre as diversas lutas que vinham ocorrendo no país.

Em 1984, realizou-se em Cascavel/PR o primeiro encontro de caráter nacional dos camponeses organizados nestes movimentos regionais, com a participação de camponeses organizados em outros estados (SP, MS, RS, SC). Neste encontro surgiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), com a finalidade de unir a diversidade de lutas regionais que vinham ocorrendo em todo o território nacional. Com o MST, as lutas no meio rural tiveram uma reconfiguração, implantou-se uma nova forma de organização e perspectiva de luta.

É justamente a forma de organização e a perspectiva de luta colocada por este movimento que dão a atual luta pela terra no Brasil – e em especial no Paraná, onde tem sido mais significativa – sua diferença e originalidade em relação aos períodos anteriores. ...Seus princípios e propostas sugerem, na verdade, um salto qualitativo em termos de organização da ação popular no meio rural, transcendendo o localismo de lutas anteriores e recuperando uma preocupação constante com a participação efetiva das suas bases no processo de decisão. (BONIN 1991, p. 123)

A formação do MST permitiu a articulação das lutas existentes no campo brasileiro, rompendo com o isolamento geográfico em que se encontravam e inserindo-as num mundo mais amplo de reivindicações. O movimento com um caráter popular passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, apresentando também novas formas de luta como as ocupações, passeatas, etc. Estas são usadas como estratégias para envolver o Estado com a questão da reforma agrária, e também para mostrar à população sua condição de “excluídos” da propriedade da terra e dos meios necessários para a sua sobrevivência.

As ocupações de terras e acampamentos se constituíram como os principais instrumentos de luta do MST. O acesso a terra por parte dos camponeses é essencial para solapar a estrutura agrária vigente no campo brasileiro e para que se consigam novas conquistas, tanto econômicas, quanto políticas. Assim, os camponeses organizados no MST passaram a recusar a proletarização, a “exclusão” e a conseqüente perda dos seus valores, visualizando na luta a possibilidade de retorno a terra, ao cultivo de seus saberes e principalmente à manutenção da vida de sua família.

A partir das ações do MST ampliou-se a presença camponesa nas discussões políticas, quando o Estado foi colocado no centro das reivindicações. As ocupações, acampamentos e assentamentos transformaram muitos territórios do latifúndio em território

camponês, ou seja, lugar de manutenção da vida e não de especulação e acumulação capitalista.

A consolidação do MST fez com que as lutas ganhassem mais intensidade, aumentando assim o número de ocupações e acampamentos. O fato das lutas realizadas por meio de ocupações surtiram efeito positivo, forçando ações do Estado em favor dos sem-terra, levou outros segmentos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federações e Sindicatos a ela vinculados, a também se utilizar de ocupações e acampamentos como forma de luta pela terra.

Como estratégia de luta, o MST procurou se espacializar. Desse modo, o movimento se encontra articulado tanto nacional, como internacionalmente. Conforme Fernandes (1996. p. 136), “é na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST”. Assim, a organização no MST tem possibilitado a operacionalização de um conjunto de conquistas para os camponeses, dentre as quais se destacam os assentamentos de reforma agrária destinados às famílias sem-terras.

Nas lutas no MST foi forjado um “novo” sujeito no campo, denominado de sem-terra. Destes muitos conquistaram a terra, surgindo a partir da década de 1980 um modelo de assentamento rural que se diferencia daqueles até então existentes (colonização), pois apresenta camponeses com uma trajetória de luta e organização, o que se desdobra nas atividades de produção.

Neste sentido, será abordado o assentamento Rio Perdido localizado no município de Quedas do Iguaçu, na região Centro-Sul do Paraná. Este assentamento é constituído por 60 famílias, na sua maioria ex-arrendatários que não conseguiram mais terras para trabalho devido ao processo de modernização ocorrido no campo.

A luta dos camponeses do assentamento Rio Perdido

As transformações ocorridas no campo paranaense, derivadas da modernização da agricultura influenciaram nas relações de trabalho. Muitos agricultores que trabalhavam como arrendatários ou parceiros não conseguiram mais terras para trabalhar, devido à introdução de maquinário agrícola, por exemplo. Portanto, trata-se de um processo de expulsão do campesinato das terras e não apenas de expropriação.

Não se trata necessariamente de expropriação dos trabalhadores rurais, mas de mudanças que levaram à expulsão, pois estes trabalhadores não eram os proprietários da terra. Através de dados coletados nos assentamentos pôde-se verificar que apenas 15,2% dos assentados foram expropriados de suas terras no passado, sendo que a maioria dos trabalhadores rurais assentados nunca foi proprietário da terra de trabalho. (FABRINI 2001, p. 76).

Este processo atingiu a região de Quedas do Iguaçu, que está inserida neste contexto de transformações ocorridas no campo paranaense, em que muitos camponeses perderam ou foram expulsos das terras. Além disso, existiu também nesta região a ação de grileiros que contribuíram na expulsão de muitos camponeses.

Esses camponeses expulsos e expropriados não vendo a possibilidade de sua sobrevivência nas cidades e não possuindo condições financeiras para adquirir um pedaço de terra, decidiram lutar pela conquista da mesma e contra a subordinação/exploração a qual estão sujeitos. Através de lutas e enfrentamentos, como por exemplo, as ocupações e manifestações das mais diversas, é que os camponeses têm conquistado parcelas de terras definidas como assentamento.

A luta dos camponeses em Quedas do Iguaçu resultou na compra pelo governo federal, de parte da fazenda Rio Perdido que era de propriedade de Darci Mário Fantin, conhecido também como “Teixeirinha”. A área ocupada possuía um total de 1.383,00

hectares. A fazenda foi adquirida por “Teixeirinha” do grupo GIACOMET MARODIN Ind. de Madeiras S.A., da qual havia contestações sobre a posse deste imóvel.

O acampamento, primeiro “instrumento” de luta destes camponeses que foram expulsos de suas terras, começou a ser formado no ano de 1984 por cerca de 130 famílias. Estas acamparam as margens da Rodovia PR-473, localizada ao lado da fazenda Rio Perdido. Somente seis meses depois, já no ano de 1985 é que os camponeses ocuparam a fazenda e formaram o acampamento no perímetro do latifúndio.

Em 12 de novembro de 1987, o então Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, através da Portaria Nº. 233/87 autorizou a aquisição de uma área de 1.200,00 ha e benfeitorias existentes sobre a mesma. A fazenda Rio Perdido foi adquirida pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) pelo montante de Cz\$ 32.472.000,00 (Cruzados), pagáveis em TDA (Títulos da Dívida Agrária) tendo como prazo cinco anos e resgate a partir do segundo ano na proporção de 25%. Portanto, a área foi obtida por aquisição, não havendo assim, decreto de desapropriação nem processo que tenha tramitado na Justiça, pois a venda e os valores foram acordados.

A reforma agrária através da compra das terras apresenta-se na contramão da proposta formulada pelos movimentos sociais. Para estes, as áreas devem ser arrecadadas pelo Estado sem o pagamento da terra, visto que na maioria dos casos encontram-se em situações irregulares (latifúndios, trabalho escravo, grilagem, entre outros). A compra da terra não visa solapar a estrutura agrária existente, pois transfere para as mãos de latifundiários e grileiros a renda da terra. Através desta renda os proprietários fundiários compram áreas maiores em outras localidades.

Porém, o que os latifundiários não querem é que o pagamento das terras seja através de TDAs, pois são resgatadas em longo prazo, perdendo “valor”. Conforme Martins (1981), a reforma agrária a partir da aquisição de terras não traz nenhuma infelicidade aos latifundiários, desde que seja paga em dinheiro e à vista. O autor afirma ainda que a venda da terra de uma só vez transforma a renda capitalizada (terra) em capital. “... fazendo agora de uma só vez a metamorfose da renda capitalizada em capital, cobrando a renda de uma só vez, para de uma só vez revertê-la à condição de capital” (p. 168).

A formação do assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu, resultou na territorialização das relações camponesas, em que a terra deixou de servir aos interesses do capital especulativo, para se tornar terra de trabalho. Portanto, a realização do assentamento, etapa posterior à ocupação, se constitui na construção do território camponês. Sem esta conquista não ocorre à materialização das relações camponesas no espaço, a não ser num espaço reduzido onde foram montadas as barracas dos sem-terras ocupantes.

Os assentamentos indicam a conquista de uma fração do território (terra) e se constitui como possibilidade para a ampliação das lutas. Assim, são nos lugares que ocorrem uma concentração maior de assentamentos (fração do território) que se amplia à organização dos sem-terra. A região de Quedas do Iguaçu é palco da luta dos camponeses no Centro-Sul do Paraná, sendo que ali se encontram vários assentamentos e acampamentos.

O assentamento e as atividades associativas

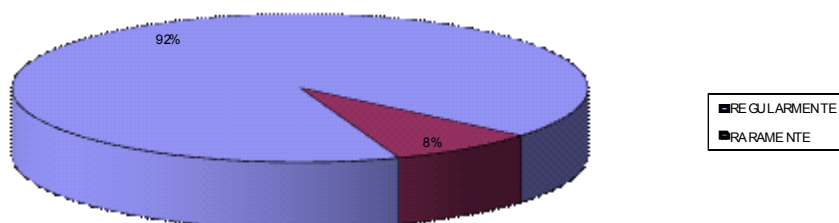
Os assentados do Rio Perdido, encontram-se distribuídos em 5 grupos de 12 famílias cada. Esta organização não possui a finalidade de constituir uma produção coletiva ou especialização desta nos lotes, mas têm uma função política entre os camponeses. Os grupos se reúnem para tratar de assuntos relativos ao assentamento e sempre que se faz necessário organizar lutas e reivindicações.

A dinâmica dos grupos constitui-se, principalmente, nas discussões de assuntos referentes ao assentamento. Estas acontecem geralmente na casa dos coordenadores, sendo posteriormente socializadas e ampliadas numa assembléia geral realizada na sede da comunidade. As reuniões dos grupos servem para apontar caminhos que os assentados

devem tomar após a conquista da terra e juntamente com as assembléias se constituem em importantes “fóruns” de debates sobre os problemas econômicos, políticos e sociais vividos pelos assentados, discutindo-se ainda questões ligadas ao lazer, religião, cultura e uma infinidade de assuntos do cotidiano das famílias.

No gráfico 01 é possível verificar a porcentagem de entrevistados que participam regularmente das reuniões e assembléias no assentamento. Até mesmo pessoas que não possuem ligação com o movimento e com todo o processo de luta vivenciada no acampamento (compradores dos lotes), participam regularmente das atividades desenvolvidas pelos grupos. Apenas 8% responderam que frequentam raramente as reuniões dos grupos e assembléias. A alegação da baixa participação é de que estão “cansados” com atitudes de alguns assentados que compraram o direito de utilização dos lotes.

Gráfico 01 – Participação nas Reuniões dos Grupos e Assembléias – Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2007. Org.: ROOS, D.

Há importante participação das mulheres e dos filhos dos assentados nessas reuniões e assembléias. Estes não são meros espectadores, pois têm direito à voz e voto. Cabe ressaltar que este espaço conquistado pelos filhos e pelas mulheres dos assentados é fruto do processo de luta, em que o homem passa a reconhecer a diversidade e dar valor para as opiniões da sua família.

A disposição dos grupos é feita através da proximidade dos lotes, facilitando a participação das famílias nas reuniões e discussões realizadas. A organização dos camponeses em grupos e as discussões políticas ali ocorridas têm como finalidade buscar melhorias para o assentamento, podendo ocorrer na esfera econômica, por exemplo, através da venda de produtos em conjunto ou ainda para conseguir algum financiamento.

A organização dos camponeses reflete também no âmbito político, no aprendizado, na coragem de reivindicar a solução de seus problemas desdobrando-se no fortalecimento das lutas. Trata-se de um aprendizado que se distende em novas conquistas ligadas à produção nos lotes, tais como, infra-estrutura, assistência técnica, financiamentos, etc.

O caminho de lutas percorrido pelos camponeses implica no desenvolvimento de um conjunto de atividades nos assentamentos, muitas das quais iniciadas durante os acampamentos. Assim, os assentados procuram meios para garantir a sua existência enquanto sujeito social a partir da terra conquistada. O estudo sobre o acampamento que resultou no assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu possibilita a compreensão de como ocorre o aprendizado coletivo na trajetória de lutas.

Na tabela 01 verifica-se o número de famílias que participavam dos grupos durante o acampamento. De uma amostragem de 20% do total das famílias assentadas (60 famílias), constatamos que apenas 17% não participavam dos grupos existentes no acampamento. Estas são famílias que compraram seus lotes, não participando do período de acampamento, portanto não tendo participado de todo um processo de aprendizado que gira em torno da luta pela terra.

Tabela 01: Participação das Famílias nos Grupos Existentes no Acampamento.

| Participava | Não Participava |
|-------------|-----------------|
| 83% | 17% |

Fonte: Trabalho de campo, 2007. Org.: ROOS, D.

Além dos grupos, o assentamento Rio Perdido encontra-se organizado em lotes destinados a exploração familiar, não possuindo assim, coletivização das terras nem produção em cooperativas. Porém, a cooperação no assentamento ocorre por meio de atividades “comunitárias”, baseadas nos laços de solidariedade, por exemplo, na troca de dias de serviço no momento em que se torna necessário uma maior quantidade de pessoas nos lotes como nos períodos de plantio e de colheita.

Ao visualizar a tabela 02, constata-se que dentre as atividades comunitárias realizadas pelos camponeses do Rio Perdido se encontra a troca de dias de serviço entre as famílias. 67% dos assentados trocam dias de serviço como modo de suprir as necessidades de trabalho extra no lote. É importante salientar que estas formas de cooperação ocorrem, principalmente, entre vizinhos devido à proximidade dos lotes o que facilita tais atividades e pelas relações de parentesco existentes dentro dos assentamentos.

Tabela 02: Porcentagem (anual) de Assentados que Trocam dias de Serviço e dos que Trabalham de Bóia-Fria.

| | Sim (%) | Não (%) |
|--------------------------|---------|---------|
| Troca de dias de Serviço | 67% | 33% |
| Trabalham de Bóia-Fria | 25% | 75% |

Fonte: Trabalho de campo, 2007. Org.: ROOS, D

Outro dado levantado indica que apenas 25% dos assentados continuam trabalhando de “bóia-fria” após a criação do assentamento. Os outros 75% afirmaram que antes da conquista do lote os mesmos necessitavam trabalhar como diaristas “bóia-fria” para sobreviver. Entretanto, com a conquista da terra isso não se faz necessário, visto que, produzem seus próprios alimentos e também produtos que havendo excedentes são vendidos para a aquisição de outros gêneros não produzidos nos lotes.

Os camponeses assentados organizados ou não no MST vêm nas ações coletivo-associativas nos assentamentos uma forma de garantir sua manutenção e existência no campo. Esta organização dos assentados não se dá apenas na esfera produtiva, mas também na esfera das relações políticas e de solidariedade, ou seja, através de lutas coletivas tais como protestos, caminhadas, auxílio variado nas ocupações de terra, fechamentos de rodovias, mutirões, trocas de dias de serviço, etc.

No assentamento Rio Perdido as atividades associativas não ocorrem por meio de uma cooperativa, mas numa associação entre os assentados. É uma cooperação realizada por meio de relações de trocas de dias de serviço e de ajuda mútua entre os camponeses. É possível verificar assim, que a cooperação existente nos assentamentos de sem-terra não se materializa apenas na forma de uma cooperativa, mas principalmente nas relações do dia-a-dia dos assentados.

Através da organização, das relações mantidas entre os assentados e das discussões existentes entre estes, é operacionalizado um conjunto de atividades tanto de natureza econômico-produtiva como também de ordem política que vêm a beneficiar o assentamento. Neste processo é importante destacar o conteúdo pedagógico existente nos acampamentos de sem-terra. Pois, o aprendizado político adquirido nos acampamentos se desdobra nos assentamentos e as famílias continuam realizando discussões para organizar lutas e reivindicar direitos.

O acampamento surge como possibilidade de socialização política, visto que os acampados passam a compor um grupo integrado na mesma luta. Desse modo, pode-se dizer que o acampamento e a luta no movimento possuem caráter pedagógico que auxilia na formação político-ideológica e social dos assentados.

O MST exerce um importante papel aglutinador dos assentados para a realização de lutas, pois a conquista da terra se realizou a partir da agregação dos camponeses na organização do movimento. Porém, é preciso salientar que em algumas ocasiões existem atitudes do MST que visam eliminar algumas características camponesas dos sem-terra, tidas como entraves para o desenvolvimento de lutas futuras.

A luta dos camponeses é uma luta coletiva para conquistar a terra e exercer o trabalho familiar. Nos assentamentos são necessárias novas lutas para sobreviver nesta fração de território conquistado, estas também são realizadas coletivamente, através da organização em associações comunitárias, grupos, núcleos, trabalhos associativos, etc. Entretanto, a organização coletiva da produção como, por exemplo, formação de cooperativas e coletivização de terras, trabalho e gestão, tidas pelo MST como formas ideais para novos patamares de lutas, não são aceitas em sua grande maioria pelos camponeses. Estas formas de produção coletiva apresentadas pelo movimento são contrárias ao próprio modo de vida camponês, exemplar é a proposta de formação das CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária), que buscam a coletivização das terras.

A criação desta forma de cooperação vai contra o objetivo do modo de vida camponês assentado na solidariedade, na posse familiar da terra, na produção de autoconsumo, procurando através desta organização fugir das estruturas de dominação capitalista que estão ligadas ao mercado. A proposta das cooperativas do MST é justamente o contrário, pretendendo inserir cada vez mais o camponês no mundo da mercadoria. Por isso, tais propostas na maioria dos casos não se concretizam entre os camponeses.

No caderno de cooperação Agrícola Nº 08 “A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST”, publicado pela CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), fica explícito a idéia de cooperativismo que o MST idealizava para os assentamentos. Segundo o documento,

A meta a ser atingida é passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, este é o primeiro passo. O segundo passo deverá ser passar da produção de mercadorias para o acúmulo de capital, onde os retornos da produção priorizem os investimentos, passando a resolver apenas alguns problemas sociais dos grupos. O terceiro passo deverá ser alocar o capital acumulado em produtos agroindustriais (CONCRAB, 99. p. 11)

O documento salienta ainda, ser necessário que as cooperativas dos assentados criem formas de produção para melhor competir no mercado. Para tanto, seria indispensável à compra de máquinas e meios de produção, aumento da divisão do trabalho, criação de agroindústrias dentre outras formas que sirvam para aumentar a produção do assentamento. Ou seja, a idéia é transformar os assentamentos em grandes empresas agrícolas com condições de competir no mercado.

Deste modo, é possível compreender a rejeição dos camponeses à proposta de reforma agrária balizadas na coletivização das terras e construção de cooperativas defendida pelo MST. Este modelo visa transformar o camponês noutro sujeito, através de moldes do operariado, de modo que nesta organização o camponês perde o controle dos meios e do processo de produção.

A individualidade dos lotes, as atividades associativas (não materializadas nas cooperativas) e a produção existente na maioria dos assentamentos de sem-terra, também devem ser vistos como frutos da resistência do campesinato diante à expansão do sistema capitalista no campo. Contudo, não se pode dizer que não existe cooperação ou trabalho coletivo nestes assentamentos, pois são realizadas formas camponesas de cooperação, assentadas na solidariedade, no trabalho comunitário e autonomia de cada família.

Essas formas de organização são estratégias de resistência da classe camponesa, visando se proteger até mesmo da tentativa de superação de alguns de seus conteúdos pela ação dos movimentos. Pois, os movimentos lutam para que os camponeses

conquistem a terra, no entanto, após a conquista negam algumas características destes sujeitos, estabelecendo relações estranhas a natureza desta classe.

No assentamento Rio Perdido não se encontram formas de produção coletiva em cooperativas, mas possui uma diversidade de relações assentadas no modo de vida camponês, como mutirão, troca de dias de serviço, associação, grupos, entre outras. As atividades associativas realizadas por estes assentados, não ocorrem numa cooperativa, porém não significa que não estão organizados ou há inexistência de cooperação entre eles. Ao contrário, esta organização no assentamento é um coletivo balizado pelas características camponesas e não na superação destas.

Cabe salientar que o processo de luta contribui na formação desta resistência camponesa, visto que os mesmos aprendem a não se sujeitarem às relações de dominação. O fato de estarem lutando pela terra se constitui como negação à subordinação e dominação.

Por fim, é preciso compreender que os sujeitos políticos/sociais produtores de seu espaço são os camponeses e que suas ações não estão limitadas aos movimentos sociais, mas assentadas num projeto mais amplo que visa se manter e existir enquanto classe e modo de vida no sistema adverso (capitalismo).

Considerações Finais

A luta dos camponeses se constitui como uma das principais características do campo brasileiro. Resultante do processo de enfrentamentos com os proprietários de terra e capitalistas, os camponeses vão conseguindo algum resultado em seu favor, que se materializam sobretudo, na conquista da terra (assentamentos), créditos, infra-estrutura, renegociação de dívidas, políticas públicas, etc.

Entende-se que a organização dos camponeses assentados não se constrói apenas na esfera da produção, mas também é verificada politicamente através de manifestações, passeatas, etc. Neste sentido, destaca-se a importância dos movimentos sociais durante todo esse processo de luta pela terra (acampamento) e depois para nesta permanecer (assentamento). Porém, é preciso considerar que os camponeses são sujeitos políticos que buscam sua autonomia no campo, sendo que sua organização não está pautada em “ordens superiores”.

As atividades associativas e formas de cooperação nos assentamentos de sem-terra não se materializam apenas nas cooperativas ou na coletivização das terras como idealizam os movimentos sociais. Mas, ocorrem principalmente nos moldes do campesinato, na posse e trabalho familiar do lote de terra, nas relações de solidariedade e troca de dias de serviço entre vizinhos e familiares e na esfera política organizativa de luta dos camponeses, através da organização em grupos, associações, entre outros.

Buscou-se nesse estudo entender a organização camponesa nos assentamentos para além da melhoria econômico-produtiva, averiguando assim, a realização de um conjunto de atividades coletivo-cooperativas na esfera política, como, caminhadas/marchas, ocupações de terra, fechamentos de rodovias, participação de eventos, entre outros, que refletem outras faces de cooperação e resistência do campesinato.

A constatação da diversidade de relações comunitárias existente entre os assentados, muitas das quais não balizadas pelo MST nos leva a acreditar que na luta pela terra há um movimento camponês que é mais amplo do que os movimentos sociais “estruturados”. É desse modo que os camponeses se constroem enquanto sujeitos políticos nos assentamentos de sem-terra.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Re)Criação do Campesinato, Identidade e Distinção: A Luta Pela Terra e o Habitus de Classe. São Paulo: ed. UNESP, 2006. 377 p.

BONIN, A. A. et. al. Luta pela Terra e Contradições de um Projeto Comunitário de Vida. In: Movimentos Sociais no Campo. Curitiba: ed. da Universidade Federal do Paraná, 1987. p. 67 – 95.

BONIN, A. A. et. al. A Luta pela Terra no Paraná Recente. In: Cenários de Economia e Política: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991. p.119 – 143.

BRANFORD, Sue. ROCHA, Jan. Rompendo a Cerca: A História do MST. Tradução Rubens Galves Merino. São Paulo: ed. Casa Amarela, 2004, 400 p.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Relações de Poder Dominação e Resistência: O MST e os Assentamentos Rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002. 300p.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem-Terra. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 440 P.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. 2 ed. São Paulo. Concrab. Caderno de Cooperação. n. 5. 1998.

_____. A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST. São Paulo. CONCRAB. Caderno de Cooperação. n ° 08. 1999.

FABRINI, João Edmilson. Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: Experiências e Lutas no Paraná. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001 140 p.

_____. A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem Terra. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. 275 p.

FERREIRA, A. D. D. Movimentos Sociais Rurais no Paraná – 1978-1982. In: Movimentos Sociais no Campo. Curitiba: ed. da Universidade Federal do Paraná, 1987. p. 09 – 50.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem – terra: formação e territorialização em São Paulo. SP: HUCITEC, 1996. 285 p.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. 3ª edição. Petrópolis: vozes, 1991. 90p.

LOPES, Marco Aurélio. Ação de Reintegração de Posse. Juízo de Direito da Comarca de Quedas do Iguaçu, Cartório do Cível e Anexos. Requerentes: Darci Mario Fantin e Marlene Bárbara Fantin. Requeridos: Alcebíades Borges Vieira, Manoel Zilmar Tomaz Fernandes e outros. Quedas do Iguaçu, 1986.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária: Processos de Organização dos trabalhadores Rurais. Cascavel: Edunioeste, 2003. 150p.

LIECHESKI, Eliane. A Contribuição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira nas Lutas dos Trabalhadores Rurais do Oeste do Paraná. Relatório final da iniciação científica (departamento de Geografia) UNIOESTE. Marechal C. Rondon 2000. 53 p.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil: as Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. Petrópolis, RJ: Editora Vozes 1981, 185 p.

_____. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis, 1984.

_____. O Sujeito Oculto: Ordem e Transgressão na Reforma Agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, 238 p.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (org.). História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989 216 p.

_____. A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre / Rio de Janeiro: ed. Universidade / UFRGS / CPDA, 1999.

MIRAD. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Projeto Oficial de Criação – Assentamento Rio perdido. Curitiba, PR. 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990. 88 p.

_____. A Geografia das Lutas no Campo. 9ª ed. São Paulo: contexto, 1999. 128 p.

OLIVEIRA, J. NUNES, R. BORGES, W. Org. Desterro: Uma Cronologia da Violência no Campo no Paraná na Década de 90. Curitiba. CPT, 2006. 152 p.

ROOS, Djoni. As Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem-Terra: o Caso do Assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu – PR. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2007 (Monografia).